

**Ata da 15ª Reunião Ordinária da CT-Rural, Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural, realizada no dia 07 de dezembro de 2006, na Sala nº 3 do Setor de Hidráulica do Departamento de Engenharia Rural da ESALQ/USP em Piracicaba/SP.**

**Membros presentes:** Sr. Enio Antonio Campana, ABCON; Sr. Antonio Carlos Scomparim, CODASP; Sr. Walter Antonio Becari, DAEE; Marcos Vinícius Folegatti e Sr. Rogério Teixeira da Silva, ESALQ/USP; Sra. Regina Célia de Matos Pires, IAC; Sra. Dea Rachel Ehrthardt Carvalho e Martha Mattosinho, Prefeitura Municipal de Campinas; Sr. Paulo Henrique Pereira, Prefeitura Municipal de Extrema; Sr. Luís Carlos Sombini, Prefeitura Municipal de Indaiatuba; Sr. Roberto Ivan Rovagnelli, Prefeitura Municipal de Sumaré; Sra. Andréia Collaço Klimionte, Sindicato Rural de Campinas; Sr. João Aparecido Santarosa, Sindicato Rural de Limeira e João Primo Baraldi, Sindicato Rural de Rio Claro.

**Membros ausentes com justificativa:** Sr. Anderson Soares Pereira e Sra. Mariana Pinheiro Silveira, EMBRAPA Meio Ambiente; Sr. Irineu Gastaldo Junior, Prefeitura Municipal de Jaguariúna; Sr. Aidano Carneiro, Prefeitura Municipal de Jundiá; Richard Drago, Prefeitura Municipal de Limeira; Sr. José de Sordi Neto, Prefeitura Municipal de Nova Odessa; Sr. José Marco Antonio Pareja Cobo, Preservação; Sra. Déborah Maria Ciarelli, SABESP; Wilson Bonança, Sindicato Rural de Jundiá e Sr. Edwaldo Luiz de Oliveira, Terceira Via

**Membros ausentes sem justificativa:** Sr. José Rodolfo Penatti, Sindicato Rural de Piracicaba e Sr. Sra. Márcia Calamari, SMA-DEPRN.

**Demais participantes:** Sr. Cristiano Gomes Pastor, Projeto Bacias Irmãs da ESALQ/USP e Prof. Flávio César Almeida Tavares, Departamento de Genética da ESALQ/USP.

O Prof. Marcos Vinícius Folegatti, Coordenador da CT-Rural, agradeceu a presença de todos, lembrando que esta é a última reunião do ano e que a CT-Rural que é a Câmara Técnica mais jovem do CBH-PCJ, motivo pelo qual vem buscando um maior envolvimento dos municípios, porém, em cumprimento ao Art. 13 das Normas gerais para criação e funcionamento de Câmaras Técnicas, da deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 010/04, de 30/07/2004, faz-se necessário a exclusão de algumas entidades. O Art. 13 diz: "Perderão a condição de membros da Câmara Técnica os órgãos ou entidades cujos representantes faltarem a 2 (duas) reuniões consecutivas, ou 4 (quatro) alternadas, sem justificativa por escrito. Segundo este artigo ficam excluídas da CT-Rural as seguintes entidades: AAEA – Artur Nogueira; AEAA da Região Bragantina; AEAL; CETESB; COPASA-MG; IEF-MG; Prefeitura Municipal de Atibaia; Prefeitura Municipal de Cabreúva; Prefeitura Municipal de Cordeirópolis; Prefeitura Municipal de Itatiba; Prefeitura Municipal de Itirapina; Prefeitura Municipal de Nazaré Paulista; Prefeitura Municipal de Pedreira; Prefeitura Municipal de Socorro; Prefeitura Municipal de Vargem; Prefeitura Municipal de Vinhedo; SAEAN; SEESP-DS Piracicaba; Sindicato Rural de Extrema; Sindicato Rural de Indaiatuba e SORIDEMA. A Prefeitura Municipal de Joanópolis fica também excluída, uma vez que seu representante solicitou seu desligamento e não foi indicado outra pessoa para representá-la. O Prof. Folegatti lembrou a todos que toda e qualquer entidade pode participar da CT-Rural devendo encaminhar, por escrito, sua solicitação que deverá ser analisada e aprovada pela CT-Rural, inclusive das entidades que foram

50 excluídas nesta reunião. Um dos objetivos da CT-Rural é ampliar sua  
51 participação, porém há a necessidade de cumprimento das normas e a  
52 participação nas reuniões. Dando prosseguimento a reunião colocou em  
53 votação a **ata da 14ª reunião, que foi aprovada e solicitou a ratificação**  
54 **da aprovação dos Sindicatos Rurais de Jundiá e Monte Mor**, como  
55 membros da CT-Rural, tendo os presentes ratificado a aprovação. Neste  
56 momento discutiu-se e definiu-se as datas de algumas reuniões para o ano de  
57 2007, ficando assim estabelecidas: 09/02; 09/03 e 27/04, lembrando a todos  
58 que no mês de março ocorrerão novas eleições no CBH-PCJ. **A próxima**  
59 **reunião da CT-Rural será realizada no dia 09/02/2007 aqui no**  
60 **Departamento de Engenharia Rural da ESALQ.** O Prof. Folegatti ressaltou  
61 sua satisfação com os trabalhos que foram desenvolvidos pela CT-Rural neste  
62 primeiro ano, enfatizando os agradecimentos a todos os membros e a Sra.  
63 Beatriz Regina Duarte Novaes, que tem apoiado quanto a convocação das  
64 reuniões e na elaboração das atas. Em seguida passou a informação que está  
65 em processo de aprovação o Plano de Bacias do CBH para o período de 2008 a  
66 2020, com atualização anual, com inclusão do PPA, sendo que a primeira  
67 reunião do ano de 2007 ocorrerá em fevereiro. Com relação a pauta desta  
68 reunião informou que deverão ser analisados e emitidos pareceres referentes a  
69 5 projetos apresentados para obtenção de recursos do FEHIDRO e das  
70 Cobranças PCJ, para o orçamento de 2007. Todos os projetos apresentados  
71 estão passando por análise e parecer das Câmaras Técnicas, dependendo do  
72 assunto e competência de cada uma. O Prof. Folegatti lembrou que a Agência  
73 do CBH ofereceu o curso de capacitação de pessoas para elaboração desses  
74 projetos e que no ano passado foram apresentados 100 projetos e neste ano  
75 98, porém o recurso disponível neste ano aumentou, sendo que 65% desse  
76 recurso será destinado a área de saneamento/tratamento de esgoto. Com  
77 relação ao valor cobrado nos próximos anos a arrecadação em 2006 foi de  
78 60%, para 2007 deve ser de 75% e em 2009 deve atingir os 100% do valor  
79 total outorgado. É importante lembrar que no sistema federal todos os  
80 segmentos estão pagando e que no sistema estadual deverá iniciar a cobrança  
81 para o a área rural no ano de 2010. Neste momento o Prof. Folegatti informou  
82 que passará a discussão do item 2 da pauta, pois para a análise e parecer dos  
83 projetos será adotado um procedimento de análise em grupos, realizando  
84 assim um exercício de aprendizagem, utilizando um tempo maior da reunião.

85 **Discussões e deliberações quanto ao abatimento do valor da Cobrança**  
86 **pelo Uso da Água para o setor rural.** O Sr. Rogério fez uma recapitulação  
87 do que foi discutido na última reunião com relação a proposta que a CT-Rural  
88 deverá apresentar com relação a quem pagará pelo uso da água em 2007 e  
89 quem poderá solicitar abatimento levando-se em consideração a Prestação de  
90 Serviços Ambientais-PSA. Após a última reunião trabalhou-se visando melhorar  
91 a proposta, tendo sido inclusive apresentada ao Sr. Moretti, que sugeriu sua  
92 simplificação. O Sr. Rogério apresentou o modelo desenvolvido, informando  
93 que a solicitação de abatimento poderá ser feita até o valor máximo pago  
94 apenas para cada exercício (ano) da cobrança. Existem propostas para definir  
95 as práticas conservacionistas que levarão ao abatimento. O Prof. Folegatti  
96 informou que uma das missões do Sr. Rogério é estudar e auxiliar no  
97 desenvolvimento e apresentação de projetos. O Sr. Rogério lembrou que esta  
98 proposta nasceu da metodologia apresentada no Programa Produtor de Água,

99 apresentado pela ANA-Agência Nacional de Águas, que prevê boas práticas de  
100 uso e conservação da água, tendo sido criado um programa computacional  
101 para o cálculo do abatimento de cobrança para o Setor Rural, e melhorado com  
102 a busca de informações junto ao manual da CATI, na área de conservação de  
103 estradas. O Sr. Rogério fez uma apresentação detalhada do programa e  
104 realizou várias simulações para melhor compreensão dos presentes. Foram  
105 feitas várias discussões e sugestões visando aperfeiçoar o programa, tendo a  
106 Sra. Dea sugerido buscar informações do Projeto Melhor Caminho,  
107 desenvolvido pela CODASP e o Projeto Pró-Estrada. O Sr. Antonio Carlos  
108 Scomparim informou que o Projeto Melhor Caminho permite que as Prefeituras  
109 solicitem ao Governo do Estado apoio para a conservação das estradas e o  
110 Projeto Pró-Estrada proporcionou a distribuição, do Governo do Estado para as  
111 Prefeituras, de alguns equipamentos e a CODASP fez o treinamento do pessoal  
112 que utilizaria esses equipamento, também visando a conservação de estradas.  
113 O Sr. Santarosa sugeriu incrementar como fator de abatimento a implantação  
114 de fossa séptica. Finalizando as discussões o Prof. Folegatti cumprimentou  
115 novamente o Sr. Rogério pelo trabalho desenvolvido com embasamento  
116 científico e colocou em votação a apresentação desta proposta ao CBH, tendo  
117 sido aprovada. Dando continuidade a reunião foram feitas **Análise e parecer**  
118 **dos Projetos apresentados ao FEHIDRO e Cobrança e encaminhados a**  
119 **CT-Rural**. O Prof. Folegatti informou que foram encaminhados para análise e  
120 parecer da Ct-Rural os seguintes projetos: Protocolo nº 15 – Projeto  
121 Conservador das Águas da Prefeitura Municipal de Extrema; Protocolo nº 72 –  
122 Projeto Parceiros da Água - Fase I do IPE-Instituto de Pesquisas Ecológicas;  
123 Protocolo nº 76 – Difusão e Experimentação de um Sistema de Pagamentos  
124 por Serviços Ambientais para restauração da “Saúde Ecossistêmica” de  
125 microbacias hidrográficas da Sub-Bacia do Cantareira do Instituto de  
126 Conservação Ambiental The Nature Conservancy Brasil; Protocolo nº 79 –  
127 Primeira Etapa de Implantação do Programa Município Produtor de Água na  
128 Sub-Bacia do rio Jaguari da Associação Terceira Via e Protocolo nº 91 –  
129 Primeira Etapa de Implantação do Programa Município Produtor de Água na  
130 Sub-Bacia do rio Corumbataí do Fórum Permanente de Entidades que exercem  
131 Atividades Ambientais nas Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí. O  
132 Prof. Folegatti informou aos presentes que a missão da CT-Rural será entender  
133 os projetos e emitir parecer para ser enviado à Secretaria Executiva do CBH-  
134 PCJ. Fez uma apresentação de cada projeto, explicando todos os itens, com  
135 destaque para alguns que foram mais detalhados, seus enquadramentos nos  
136 PDC´s, seu caráter, suas contra-partidas, fonte de recursos, áreas de  
137 abrangência e características particulares de cada projeto. Informou quais são  
138 os critérios de definição e seqüência dos andamentos dos mesmos, lembrando  
139 a todos que todas essas informações estão disponíveis no site do CBH.  
140 Passando essas informações distribuiu os projetos para serem analisados em  
141 grupos. Após a análise de todos foram feitas as discussões e apresentados os  
142 pareceres, sendo: **Protocolo nº 15** – Projeto Conservador das Águas da  
143 Prefeitura Municipal de Extrema. **Manifestação favorável** da CT-Rural, para  
144 obtenção de recursos do FEHIDRO e das Cobranças PCJ, exercício 2007,  
145 conforme critério definido no inciso III do Artigo 9º, Anexo I da Deliberação  
146 Conjunta dos Comitês PCJ nº 052/2006, de 28/09/2006. **Protocolo nº 72** –  
147 Projeto Parceiros da Água - Fase I do IPE-Instituto de Pesquisas Ecológicas.

148 Aprovado. **Manifestação favorável** da CT-Rural, para obtenção de recursos  
149 do FEHIDRO e das Cobranças PCJ, exercício 2007, conforme critério definido  
150 no inciso III do Artigo 9º, Anexo I da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº  
151 052/2006, de 28/09/2006; **Protocolo nº 76** – Difusão e Experimentação de  
152 um Sistema de Pagamentos por Serviços Ambientais para restauração da  
153 “Saúde Ecosistêmica” de microbacias hidrográficas da Sub-Bacia do  
154 Cantareira do Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy  
155 Brasil. **Manifestação favorável** da CT-Rural, para obtenção de recursos do  
156 FEHIDRO e das Cobranças PCJ, exercício 2007, conforme critério definido no  
157 inciso III do Artigo 9º, Anexo I da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº  
158 052/2006, de 28/09/2006; **Protocolo nº 79** – Primeira Etapa de Implantação  
159 do Programa Município Produtor de Água na Sub-Bacia do rio Jaguari da  
160 Associação Terceira Via e Protocolo. **Manifestação favorável** da CT-Rural,  
161 para obtenção de recursos do FEHIDRO e das Cobranças PCJ, exercício 2007,  
162 conforme critério definido no inciso III do Artigo 9º, Anexo I da Deliberação  
163 Conjunta dos Comitês PCJ nº 052/2006, de 28/09/2006, porém há uma  
164 ressalva devendo ser verificado o cronograma e se abrangerá os irrigantes, já  
165 cadastrados, ou todos os irrigantes, devendo delimitar melhor a abrangência  
166 da área; **Protocolo nº 91** – Primeira Etapa de Implantação do Programa  
167 Município Produtor de Água na Sub-Bacia do rio Corumbataí do Fórum  
168 Permanente de Entidades que exercem Atividades Ambientais nas Bacias dos  
169 Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. Manifestação não favorável, pois foram  
170 verificadas as indicações de enquadramento nos PDCs 1 e 5, com as  
171 respectivas ações 1.01, 1.08 e 5.04. Seu objeto é pertinente às ações de curto  
172 prazo da ação 5.04, no entanto as ações 1.01 e 1.08 trouxeram incertezas  
173 para sua adequação, conforme descritas a seguir. **a)** para a ação **1.01** não  
174 foram explicitadas na Ficha Resumo do Empreendimento (anexo I do MPO)  
175 nem tampouco no Termo de Referência justificativas que possam estar de  
176 acordo com qualquer uma das três ações de curto prazo relacionadas, ou seja:  
177 - Estabelecer base de informações das Unidades de Conservação existentes  
178 nas bacias PCJ e identificar sua influência nos aglomerados urbanos das bacias  
179 PCJ; - Identificação das Áreas de Restrição e Controle (ARCs) de captação e  
180 uso das águas subterrâneas; - Atualização e integração de bases de dados  
181 existentes como ferramenta ao sistema de planejamento e controle de  
182 recursos hídricos, o fato de ser proposto neste empreendimento que haverá a  
183 alimentação de um banco de dados, não significa que possa ser suficiente para  
184 o atendimento do contexto desta ação de curto prazo: não há referências  
185 sobre o banco de dados existente que será atualizado e integrado). **b)** para a  
186 ação **1.08** não foram explicitadas na Ficha Resumo do Empreendimento  
187 (anexo I do MPO) nem tampouco no Termo de Referência justificativas que  
188 possam estar de acordo com a única ação de curto prazo descrita, ou seja: -  
189 Apoio à regularização das outorgas dos irrigantes e dos usuários rurais, não há  
190 menção sobre quais serão os dados que efetivamente darão apoio à  
191 regularização de outorgas, bem como não existe em seu objeto o envolvimento  
192 de dados sobre os usuários rurais, lembrando que conforme o Inciso III do art.  
193 5º do Regimento Interno do Comitê PCJ Federal, entende-se como usuário  
194 rural, pessoa física ou jurídica que desenvolva atividades de irrigação e uso  
195 agropecuário, compreendendo os produtores rurais que desenvolvam  
196 agricultura irrigada, aquícultura e criadores de animais em geral).Finalizando

197 o Prof. Folegatti agradeceu a presença e participação de todos e enfatizou a  
198 importância e necessidade da contribuição de todos nos assuntos discutidos  
199 nesta Câmara Técnica.